

Não pergunte pelo PCS, lute por ele!

ATO/ASSEMBLEIA DIA 28 DEBATE

"APAGÃO" NA JUSTIÇA ELEITORAL

Em Ato/Assembleia realizado nesta quinta-feira, dia 21, os servidores aprovaram a realização de novo Ato/Assembleia no dia 28, próxima quinta-feira, às 16 horas, no TRE/SC, para debater o encaminhamento de "Apagão" no Judiciário nos dias 4 e 5 de julho. No início desta semana serão realizadas Reuniões Setoriais para conversar com a categoria nas três justiças.

Uma Comissão de Servidores também foi formada para entrar em contato com as Zonas Eleitorais no Estado porque a avaliação é a de que a participação dos trabalhadores das ZEs é fundamental para que o "Apagão" tenha visibilidade e seja fator de pressão pelo PCS, dado o temor da cúpula do Judiciário de que as eleições possam sofrer atrasos em função da mobilização e Greve dos servidores. O encaminhamento para a realização do "Apagão" é nacional.

As Reuniões Setoriais serão nos dias e horários abaixo:

Justiça Federal: dia 26, terça, às 16 horas, na entrada do prédio da JF

Justiça do Trabalho, dia 27, quarta, às 13h30, na entrada do prédio do TRT

MOBILIZAÇÃO NOS ESTADOS:

Distrito Federal: aprovou, no dia 20, em Assembleia em frente ao STF, mais um alerta ao Executivo, Legislativo e Judiciário: "PCS já ou a Justiça vai parar!". Haverá paralisação de 48h na próxima terça (26) e quarta-feira (27), dias de intensa atividade legislativa. A ideia é se aproveitar desses dias estratégicos e lotar a Câmara dos Deputados promovendo dois atos. O primeiro ato será na terça-feira, às 16, na Câmara. O segundo, na quarta, a partir das 9h, no Plenário 04, durante reunião da CFT.

Bahia: aprovou paralisar os serviços nos dias 4 e 5 de julho. O dia 4 será marcado com atividades nos três órgãos, mas os eventos ainda serão definidos posteriormente pelo Sindjufe-BA. Uma carta também será distribuída aos usuários da Justiça explicando os motivos da paralisação. O dia 5 será marcado por um grande "Apagão" no Judiciário, com todos os servidores se deslocando para o TRE para apoiar os colegas daquele órgão, que estarão paralisados e comprometendo o registro de candidaturas às eleições municipais.

Mato Grosso: aprovou a continuidade da Greve por tempo indeterminado nos três ramos do Judiciário Federal e decidiu que devem jogar toda a força no movimento para assegurar as negociações do PCS.

Paraíba: entrará em Greve por tempo indeterminado a partir do dia 2 de julho, início da última semana de registro de candidaturas eleitorais.

São Paulo: decidiu iniciar Greve por tempo indeterminado no dia 28 de junho, próxima quinta-feira.

Rio Grande do Sul: deliberou pela deflagração de Greve de 48 horas nos dias 4 e 5 de julho em todos os setores do Judiciário Federal no Estado. Juntamente com a proposta da paralisação de 48 horas, foi aprovado o imediato estado de Greve da categoria, visando garantir a ampliação da mobilização dos colegas.

Alagoas: aprovou estado de Greve e paralisação por 48 horas nos dias 4 e 5 de julho.

Piauí: decidiu pela decretação do estado de Greve da categoria e vão buscar barrar o registro de candidatura nos dias 4 e 5 de julho. No apagão da próxima quarta, dia 27, os servidores irão se vestir de preto para participar da concentração da categoria em frente ao cartório da primeira zona eleitoral.

Ministro reafirma empenho, mas acordo com governo continua indefinido

Atuar de forma conjunta com os demais tribunais superiores para negociar um acordo que garanta a aprovação do PL 6613/09, o PCS, foi o principal recado dado aos coordenadores da Fenajufe pelo presidente do STF, ministro Ayres Britto, em reunião na noite de sexta-feira, 22, em seu gabinete. Nesse terceiro encontro com dirigentes da Federação desde que assumiu a presidência do Supremo e do Conselho Nacional de Justiça, Ayres voltou a afirmar que tem feito várias tratativas em relação ao PCS, mas manteve a mesma postura das reuniões anteriores de não entrar em detalhes sobre o conteúdo das conversas feitas a respeito do assunto.

Na reunião, Ayres Britto falou mais da forma como tem trabalhado objetivando a articulação de um acordo para votar o PCS. Nessa linha, ele disse ter conseguido criar um ambiente favorável na cúpula do Judiciário Federal em defesa do PCS - o mesmo que já havia afirmado na última reunião, em 1º de junho - e acrescentou que tem atuado de forma compartilhada com os presidentes dos demais tribunais superiores - Cármen Lúcia (TSE), Orestes Dalazen (TST), Ari Pargendler (STJ) e Álvaro Luiz Pinto (STM). De acordo com o ministro, o envio dos pré-limites orçamentários da proposta de 2013 ao Ministério do Planejamento (MPOG) foi decidido entre todos eles, "de forma a dar maior legitimidade ao processo".

Ainda explicando essa opção pela estratégia de atuar com todos os outros presidentes, Ayres Britto afirmou que está ciente da gravidade do que ele chamou de "processo de desprofissionalização do Poder Judiciário em termos remuneratórios", refletindo no crescimento da rotatividade do quadro de pessoal, considerando que vários servidores saem para outras carreiras em busca de salários mais atrativos. Por isso, segundo avaliou o presidente do STF, a necessidade de uma atuação efetiva de todos os segmentos do Judiciário a partir dos órgãos de cúpula visando superar os impasses para aprovar o PL 6613/09, o plano de cargos e salários dos servidores.

Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe, embora nessa terceira reunião o STF não tenha sinalizado com o possível fechamento de uma proposta concreta com o governo federal - o que foi afirmado pelo próprio ministro, que disse que as coisas estão andando, mas que ainda não há nada acertado -, pode ser considerado um ponto positivo esse envolvimento, nas negociações, de todos os presidentes dos tribunais superiores e do efetivo empenho do próprio presidente do STF. O ministro garantiu que em julho, mesmo com o recesso do Supremo, ele continuará trabalhando pelo PCS, em Brasília, e manterá as conversas que já vêm sendo realizadas em busca de um acordo orçamentário.

"APAGÃO" NO JUDICIÁRIO É PRIORIDADE

Um dos assuntos ressaltados pelos coordenadores da Fenajufe na reunião com o presidente do STF foi, mais uma vez, a preocupação da categoria com a demora nas negociações, principalmente porque o primeiro semestre já está se encerrando e, devido às eleições municipais de outubro, os trabalhos no segundo semestre no Congresso Nacional ficam comprometidos. Eles informaram também ao ministro o calendário de luta aprovado na última reunião da Federação com os Sindicatos filiados, citando o "Apagão" do Judiciário Federal nos dias 4 e 5 de julho, quando a categoria realizará Greve de 48 horas, com um foco maior na Justiça Eleitoral.

O ministro Ayres Britto reafirmou o comprometimento no estabelecimento, em conjunto com os demais presidentes dos tribunais superiores, dos contatos necessários à negociação do nosso PCS. No entanto, avalia a Federação, nada disto ocorre ao acaso. A mobilização da categoria nestes últimos anos e no próximo período, além da preocupação com o processo eleitoral de outubro próximo, é que farão a cúpula do Judiciário realmente manter esta postura e conseguirmos, ao final, dobrar a posição do governo em não negociar o PCS. *Da Fenajufe*

REUNIÕES SETORIAIS

JF: dia 26, terça, às 16 horas, na entrada do prédio da JF

JT: dia 27, quarta, às 13h30, na entrada do prédio do TRT